

# **CÂMARA MUNICIPAL DE ARRUDA DOS VINHOS**

## **REGULAMENTO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL**

**(De acordo com o Decreto-Lei n.º 411/98  
de 30 de Dezembro)**

## **Regulamento do Cemitério Municipal de Arruda dos Vinhos**

### **Capítulo I**

#### **Da organização e funcionamento dos serviços**

##### **Artigo 1.º**

O cemitério Municipal de Arruda dos Vinhos destina-se à inumação de cadáveres de indivíduos falecidos na área do concelho de Arruda dos Vinhos, exceptuados aqueles cujo óbito tenha ocorrido em freguesias do mesmo concelho que disponham de cemitério próprio. Poderão ainda ser inumados no cemitério municipal, observadas, quando for caso disso, as disposições legais e regulamentares:

- a) Os cadáveres de indivíduos falecidos em freguesias do concelho quando, por motivo de insuficiência de terreno, não seja possível a inumação nos respectivos cemitérios paroquiais;
- b) Os cadáveres de indivíduos falecidos fora da área do concelho que se destinem a jazigos particulares ou sepulturas perpétuas;
- c) Os cadáveres de indivíduos não abrangidos nas alíneas anteriores, mediante autorização do Presidente da Câmara ou Vereador do pelouro, concedida em face de circunstâncias que se repute ponderosas.

##### **Artigo 2.º**

1. O Cemitério Municipal funciona, de Segunda a Sábado das 8 às 12 horas e das 13 às 17 horas, e aos Domingos das 8 às 12 horas, ou em qualquer outro horário a definir pela Câmara.
2. Os cadáveres que derem entrada no cemitério fora do horário estabelecido ficarão em depósito, aguardando a inumação dentro das horas regulamentares, salvo casos especiais, em que com autorização do Presidente da Câmara Municipal ou Vereador do pelouro, poderão ser imediatamente inumados.

##### **Artigo 3.º**

Afectos ao funcionamento normal do cemitério, haverá serviços de recepção e inumação de cadáveres e serviços de registo e expediente geral.

##### **Artigo 4.º**

A recepção e inumação de cadáveres estarão a cargo do funcionário mais graduado do quadro de serviço do cemitério, ao qual compete cumprir e fazer cumprir as disposições do presente Regulamento, bem como fiscalizar a observância, por parte do público e dos concessionários de jazigos ou sepulturas perpétuas, das normas constantes deste Regulamento.

##### **Artigo 5.º**

Os serviços de registo e expediente geral estarão a cargo da Secretaria da Câmara, onde existirão, para o efeito livros de registo de inumações, exumações, trasladações e concessões de terreno, e quaisquer outros considerados necessários ao bom funcionamento daqueles serviços.

## Capítulo II

### Disposições gerais

#### Artigo 6.º

1. Têm legitimidade para requerer a prática de actos regulados no presente Regulamento, sucessivamente:
  - a) O testamenteiro, em cumprimento de disposição testamentária;
  - b) O cônjuge sobrevivente;
  - c) A pessoa que vivia com o falecido em condições análogas às dos cônjuges;
  - d) Qualquer herdeiro;
  - e) Qualquer familiar;
  - f) Qualquer pessoa ou entidade.
2. Se o falecido não tiver a nacionalidade portuguesa, tem também legitimidade o representante diplomático ou consular do país da sua nacionalidade.
3. O requerimento para a prática desses actos pode também ser apresentado por pessoa munida de procuração com poderes especiais para esse efeito, passada por quem tiver legitimidade nos termos dos números anteriores.

#### Artigo 7.º

1. Quando, nos termos da legislação aplicável, não houver lugar à realização de autópsia médico-legal, e por qualquer motivo, não for possível assegurar a entrega do cadáver a qualquer das pessoas ou entidades indicadas no artigo 6.º a fim de se proceder à sua inumação dentro do prazo legal, o mesmo é removido para um dos seguintes locais:
  - a) Instituto de Medicina Legal de Lisboa;
  - b) Casa mortuária dotada de câmara frigorífica que fique mais próxima do local de verificação do óbito.
2. Nos casos previstos no número anterior, compete à Guarda Nacional Republicana:
  - a) Proceder à remoção do cadáver, podendo solicitar para o efeito a colaboração dos bombeiros ou de qualquer entidade pública;
  - b) Proceder à recolha, arrolamento e guarda do espólio do cadáver.

#### Artigo 8.º

1. O transporte de cadáver fora de cemitério, por estrada, é efectuado em viatura apropriada e exclusivamente destinada a esse fim, dentro de:
  - a) Caixão de madeira – para inumação em sepultura;
  - b) Caixão de zinco com a espessura mínima de 0,4 mm – para inumação em jazigo.
2. O transporte de ossadas fora de cemitério, por estrada, é efectuado em viatura apropriada e exclusivamente destinada a esse fim, dentro de:
  - a) Caixa de zinco com a espessura mínima de 4 mm ou de madeira – para inumação em jazigo ou em ossário;
3. Se o caixão ou a caixa contendo o cadáver ou as ossadas forem transportados como frete normal por via férrea, marítima ou aérea, devem ser introduzidos em embalagem de material sólido que dissimule a sua aparência, sobre a qual deve ser aposta, de forma bem visível, a seguinte indicação: «MANUSEAR COM PRECAUÇÃO».
4. O transporte de cinzas resultantes da cremação de cadáver, ossadas ou peças anatómicas, fora do cemitério, é livre desde que efectuado em recipiente apropriado.
5. O transporte de cadáver, ossadas ou cinzas dentro do cemitério é efectuado da forma que for determinada pela Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos.

6. A viatura que for apropriada e exclusivamente destinada ao transporte de cadáveres fora do cemitério, por estrada, é igualmente apropriada para o transporte de ossadas.
7. Nos casos previstos nos n.ºs 1 a 3, a entidade responsável pelo transporte do caixão ou da caixa deve ser portadora de fotocópia de um dos documentos previstos no n.º 1 do artigo 10.º.
8. O disposto no n.º 1 e n.º 7, não se aplica à remoção de cadáver prevista no n.º 1 e 2 do artigo 7.º.

### Capítulo III

#### Da inumação

##### Secção I

#### Disposições comuns

##### Artigo 9.º

1. Nenhum cadáver pode ser inumado, encerrado em caixão de zinco ou colocado em câmara frigorífica antes de decorridas vinte e quatro horas sobre o óbito.
2. Um cadáver deve ser inumado dentro dos seguintes prazos máximos:
  - a) Se imediatamente após a verificação do óbito tiver sido entregue a uma das pessoas indicadas no artigo 6.º - em setenta e duas horas;
  - b) Se tiver sido transportado de país estrangeiro para Portugal – em setenta e duas horas a contar da entrada em território nacional;
  - c) Se tiver havido autópsia médico-legal ou clínica – em quarenta e oito horas após o termo da mesma;
  - d) Nos casos previstos no n.º 1 do artigo 7.º - em vinte e quatro horas a contar do momento em que for entregue a uma das pessoas indicadas no artigo 6.º.
3. Quando não haja lugar à realização de autópsia médico-legal e houver perigo para a saúde pública, o delegado de saúde pode ordenar, por escrito, que se proceda à inumação, encerramento em caixão de zinco ou colocação do cadáver em câmara frigorífica antes de decorrido o prazo previsto no n.º 1.

##### Artigo 10.º

1. Nenhum cadáver pode ser inumado, encerrado em caixão de zinco ou colocado em câmara frigorífica sem que tenha sido previamente lavrado o respectivo assento ou auto de declaração de óbito ou emitido boletim de óbito no termos do número seguinte.
2. Aos sábados, domingos e dias feriados, a emissão do boletim de óbito é da competência da Guarda Nacional Republicana com jurisdição na freguesia em cuja área o óbito ocorreu ou, desconhecida aquela, onde o mesmo foi verificado.
3. Para os efeitos do disposto no número anterior, devem as conservatórias fornecer os impressos que forem necessários.
4. Nos casos previstos no n.º 2, deve a Guarda Nacional Republicana remeter o duplicado ou cópia do boletim de óbito, no prazo de quarenta e oito horas, à conservatória do registo civil competente para lavrar o respectivo assento, acompanhado da indicação do nome e da residência do declarante do óbito.
5. À emissão do boletim de óbito pela Guarda Nacional Republicana é aplicável o disposto nos artigos 194.º a 196.º do Código do Registo Civil.

6. Nos casos previstos no n.º 2 deve ser dado cumprimento ao disposto no artigo 192.º do Código do Registo Civil.
7. A Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos procede ao arquivamento do boletim de óbito.
8. Sempre que ocorrer morte fetal com tempo de gestação igual ou superior a 22 semanas completas, é aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números anteriores.

#### Artigo 11.º

1. É proibida a abertura de caixão de zinco, salvo nas seguintes situações:
  - a) Em cumprimento de mandato da autoridade judiciária;
  - b) Para efeitos de colocação em sepultura.
2. O disposto na alínea a) do n.º 1 aplica-se à abertura de caixão de chumbo utilizado em inumação efectuada antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 411/98 de 30 de Dezembro.

#### Artigo 12.º

1. A inumação não pode ter lugar fora de cemitério público, devendo ser efectuada em sepultura ou jazigo.
2. São excepcionalmente permitidos:
  - a) A inumação em locais especiais ou reservados a pessoas de determinadas categorias, nomeadamente de certa nacionalidade, confissão ou regra religiosa para tal autorizados pela Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos.
  - b) A inumação em capelas privativas, situadas fora dos aglomerados populacionais e tradicionalmente destinadas ao depósito do cadáver ou ossadas dos familiares dos respectivos proprietários, para tal autorizadas pela Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos.
3. A trasladação para cemitério público de cadáver ou ossadas que estejam inumados num dos locais previstos nas alíneas a) e b) do número anterior é requerida por uma das pessoas indicadas no artigo 6.º à Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos.

### Secção II

#### **Da inumação em jazigo**

#### Artigo 13.º

A inumação em jazigo obedece às seguintes regras:

- a) O cadáver deve estar encerrado em caixão de zinco, tendo a folha empregada no seu fabrico a espessura mínima 0,4 mm;
- b) Dentro do caixão devem ser colocados filtros depuradores e dispositivos adequados a impedir os efeitos da pressão dos gases no seu interior.

#### Artigo 14.º

1. Quando um caixão depositado em jazigo apresente rotura ou qualquer outra deterioração, serão os interessados avisados, a fim de o mandarem reparar, marcando-se-lhes, para esse efeito, o prazo julgado conveniente.
2. Em caso de urgência, ou quando não se efectue a reparação prevista no corpo do artigo, a Câmara ordená-la-á, correndo as despesas por conta dos interessados.
3. Quando não possa reparar-se convenientemente o caixão deteriorado encerrar-se-á noutro caixão de zinco, ou será removido para sepultura, à escolha dos interessados,

ou por decisão do Presidente da Câmara Municipal ou do Vereador do pelouro, tendo esta lugar em casos de manifesta urgência ou sempre que aqueles não se pronunciem dentro do prazo que lhes for fixado para optarem por uma das referidas soluções.

### Secção III

#### **Da inumação em sepultura**

##### Artigo 15.º

É proibida a inumação em sepultura comum não identificada, salvo:

- a) Em situação de calamidade pública;
- b) Tratando-se de fetos mortos abandonados ou de peças anatómicas.

##### Artigo 16.º

As sepulturas terão, em planta, a forma rectangular, obedecendo às seguintes dimensões:

- a) Para adultos: Comprimento - 2 m a 2,10 m  
Largura – 0,65 m a 0,75 m  
Profundidade – 1,15 m
- b) Para crianças: Comprimento - 1 m a 1,10 m  
Largura – 0,55 m a 0,65 m  
Profundidade – 1 m

##### Artigo 17.º

1. As sepulturas devidamente numeradas, agrupar-se-ão em talhões tanto quanto possível rectangulares e com área para um máximo de noventa corpos.
2. Procurar-se-á um melhor aproveitamento do terreno, não podendo, porém, os intervalos entre as sepulturas e entre estas e os lados dos talhões serem inferiores a 0,40 m, e mantendo-se, para cada sepultura, acesso com um mínimo de 0,60 m de largura.

##### Artigo 18.º

1. Além de talhões privativos que se considerem justificados, haverá secções para os enterramentos de crianças separadas dos locais que se destinam aos adultos.
2. Haverá ainda secções para o enterramento de pessoas pertencentes à Corporação de Bombeiros do Concelho de Arruda dos Vinhos, bem como para os combatentes da II.ª Grande Guerra, desde que devidamente identificados por pessoa idónea e com parecer favorável do Presidente da Câmara ou Vereador do pelouro.

##### Artigo 19.º

As sepulturas classificam-se em temporárias e perpétuas.

- a) Consideram-se temporárias as sepulturas para inumação por três anos, findo os quais poderá proceder-se à exumação;
- b) Definem-se como perpétuas aquelas cuja utilização foi exclusiva e perpetuamente concedida pela Câmara Municipal a requerimento dos interessados;

- c) As sepulturas perpétuas devem localizar-se em talhões distintos dos destinados a sepulturas temporárias.

#### Artigo 20.º

É proibido nas sepulturas temporárias o enterramento de caixões de zinco e de madeiras muito densas, dificilmente deterioráveis ou nas quais tenham sido aplicáveis tintas ou vernizes que demorem a sua destruição.

#### Artigo 21.º

Nas sepulturas perpétuas é permitida a inumação em caixões de madeira ou zinco.

Para efeitos de nova inumação, poderá proceder-se à exumação decorrido o prazo legal de três anos, desde que nas inumações anteriores se tenha utilizado caixão próprio para inumação temporária.

### Capítulo IV

#### **Das exumações**

#### Artigo 22.º

1. Após a inumação é proibido abrir qualquer sepultura antes de decorridos três anos, salvo em cumprimento de mandato da autoridade judiciária.
2. Se, no momento da abertura, não estiverem terminados os fenómenos de destruição da matéria orgânica, recobre-se de novo o cadáver, mantendo-o inumado por períodos sucessivos de dois anos até à mineralização do esqueleto.

#### Artigo 23.º

1. Logo que decidida uma exumação, a Câmara fará publicar avisos convidando os interessados a concordarem com os serviços do cemitério, no prazo de trinta dias, quanto à data em que aquela terá lugar e sobre o destino das ossadas.
2. Se correr o prazo nos avisos a que se refere o número anterior sem que os interessados promovam qualquer diligência, será feita a exumação, considerando-se abandonadas as ossadas existentes, que serão removidas para ossários ou enterradas no próprio coval a profundidades superiores às que se estabelecem no artigo 16.º.

### Capítulo V

#### **Das trasladações**

#### Artigo 24.º

1. A trasladação de cadáver é efectuada em caixão de zinco, devendo a folha empregada no seu fabrico ter a espessura mínima de 0,4 mm.
2. Pode também ser efectuada a trasladação de cadáver ou ossadas que tenham sido inumados em caixão de chumbo antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 411/98 de 30 de Dezembro.
3. A trasladação de ossadas é efectuada em caixa de zinco com a espessura mínima de 0,4 mm ou de madeira.

#### Artigo 25.º

A entidade responsável pela administração do cemitério donde tiver sido efectuada a trasladação deve proceder à comunicação para os efeitos previstos na alínea a) do artigo 71.º do Código do Registo Civil.

### Capítulo VI

#### **Mudança de localização de cemitério**

#### Artigo 26.º

A mudança do cemitério para terreno diferente daquele onde está instalado, que implique a transferência, total ou parcial, dos cadáveres, ossadas, fetos mortos e peças anatómicas, que aí estejam inumados, é da competência da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos.

### Capítulo VII

#### **Das sanções e disposições processuais**

#### Artigo 27.º

1. Constitui contra-ordenação punível com uma coima mínima de 50.000\$ e máxima de 750.000\$:
  - a) A remoção de cadáver por entidade diferente da prevista no n.º 2 do artigo 7.º;
  - b) O transporte de cadáver fora do cemitério, por estrada ou por via férrea, marítima ou aérea, em infracção ao disposto no artigo 8.º, n.ºs 1 e 3;
  - c) O transporte de ossadas fora do cemitério, por estrada ou por via férrea, marítima ou aérea, em infracção ao disposto no artigo 8.º, n.ºs 2 e 3;
  - d) O transporte de cadáver ou ossadas, fora do cemitério, por estrada ou por via férrea, marítima ou aérea, desacompanhado de fotocópia de um dos documentos previstos no n.º 1 do artigo 10.º;
  - e) A inumação ou encerramento em caixão de zinco antes de decorridas vinte e quatro horas sobre o óbito;
  - f) A inumação de cadáver fora dos prazos previstos no n.º 2 do artigo 9.º;
  - g) A inumação ou encerramento em caixão de zinco, sem que tenha sido previamente lavrado assento ou auto de declaração de óbito, ou emitido boletim de óbito nos termos do n.º 2 do artigo 10.º;
  - h) A abertura de caixão de zinco ou de chumbo fora das situações previstas no n.º 1 do artigo 11.º;
  - i) A inumação fora do cemitério público ou de algum dos locais previstos no n.º 2 do artigo 12.º;
  - j) A utilização, no fabrico de caixão ou caixa de zinco, de folha com espessura inferior a 0,4 mm;
  - k) A inumação em sepultura não identificada fora das situações previstas no artigo 15.º;
  - l) A abertura de sepultura antes de decorridos três anos, salvo em cumprimento de mandato da autoridade judiciária;
  - m) A infracção ao disposto no n.º 2 do artigo 22.º;



- n) A trasladação de cadáver, sem ser em caixão de chumbo, nos casos previstos no n.º 2 de artigo 24.º, ou de zinco com a espessura mínima de 0,4 mm.
- 2. Constitui contra-ordenação punível com uma coima mínima de 20.000\$ e máxima de 250.000\$:
  - a) O transporte de cinzas resultantes da cremação de cadáver ou de ossadas, fora do cemitério, em recipiente não apropriado;
  - b) O transporte de cadáver ou ossadas dentro do cemitério, de forma diferente da que tiver sido determinada pela Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos;
  - c) A trasladação de ossadas sem ser em caixa de zinco com a espessura mínima de 0,4 mm ou de madeira.
- 3. A negligência e a tentativa são puníveis.

#### Artigo 28.º

- 1. Em função da gravidade da infracção e da culpa do agente são aplicáveis, simultaneamente com a coima, as seguintes sanções acessórias:
  - a) Perda de objectos pertencentes ao agente;
  - b) Interdição do exercício de profissões ou actividades cujo exercício dependem de título público ou de autorização ou homologação de autoridade pública;
  - c) Encerramento de estabelecimento cujo funcionamento esteja sujeito a autorização ou licença de autoridade administrativa;
  - d) Suspensão de autorizações, licenças e alvarás.
- 3. É dada publicidade à decisão que aplicar uma coima a uma agência funerária.

#### Artigo 29.º

A competência para determinar a instrução do processo de contra-ordenação e para aplicar a respectiva coima pertence ao Presidente da Câmara, podendo ser delegada no Vereador do pelouro.

#### Artigo 30.º

Têm competência para proceder à fiscalização da observância do disposto no presente Regulamento as seguintes entidades:

- a) A Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos
- b) A Guarda Nacional Republicana;
- c) O Delegado de Saúde.

#### Artigo 31.º

- 1. O produto das coimas é distribuído da seguinte forma:
  - a) 50 % para a Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos;
  - b) 25 % para a Guarda Nacional Republicana;
  - c) 25 % para a Polícia de Segurança Pública.
- 2. Compete à Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos proceder à cobrança da coima e ao posterior rateio do respectivo produto pela forma estabelecida no número anterior.

## Capítulo VIII

### Da concessão de terrenos

#### Secção I

#### Das formalidades

##### Artigo 32.º

1. A requerimento dos interessados, poderá a Câmara fazer concessão de terrenos, no cemitério, para sepulturas perpétuas e construção ou remodelação de jazigos particulares.
2. O requerimento deve ter a assinatura reconhecida, mencionar o cemitério e, quando o terreno se destine a jazigo, indicar a área pretendida.

##### Artigo 33.º

Deliberada a concessão, a Câmara notificará os interessados para comparecerem no cemitério a fim de se proceder à escolha e demarcação do terreno sob pena de se considerar caduca a deliberação tomada.

##### Artigo 34.º

1. O prazo para pagamento da taxa de concessão de terrenos destinados a sepulturas ou jazigo é de oito dias, a contar da data em que tiver sido feita a respectiva escolha e demarcação, sendo condição indispensável para a cobrança da mesma taxa a apresentação de recibo comprovativo do pagamento da Sisa.
2. A título excepcional, será permitida a inumação em sepulturas perpétuas antes de requerida a concessão, desde que os interessados depositem, na Tesouraria Municipal, a importância correspondente à taxa de concessão, devendo, nesse caso, apresentar-se o requerimento dentro dos oito dias seguintes à referida inumação, acompanhado do documento comprovativo do pagamento da Sisa.
3. O não cumprimento dos prazos fixados neste artigo implica a perda das importâncias pagas ou depositadas, bem como a caducidade dos actos a que alude o artigo 48.º, ficando a inumação antecipadamente feita em sepultura perpétua sujeita ao regime das efectuadas em sepulturas temporárias.

##### Artigo 35.º

1. A concessão de terrenos será titulada por alvará do Presidente da Câmara, a emitir dentro dos dez dias seguintes ao cumprimento das formalidades prescritas neste capítulo.
2. Do referido alvará constarão os elementos de identificação do concessionário e a sua morada, referências do jazigo ou sepultura perpétua respectivos, nele devendo mencionar-se, por averbamento, todas as entradas e saídas de restos mortais.

## Secção II

### **Dos direitos e deveres dos concessionários**

#### Artigo 36.º

1. A construção dos jazigos particulares e o revestimento das sepulturas perpétuas a que alude o artigo 66.º devem concluir-se dentro do prazo fixado pela Câmara.
2. A inobservância do prazo fará incorrer o concessionário na multa de 15.000\$, marcando-se novo prazo. Se este também não for cumprido, caduca a concessão, com perda das importâncias pagas, revertendo para o corpo administrativo todos os materiais encontrados no local da obra.

#### Artigo 37.º

1. As inumações, exumações e trasladações a efectuar em jazigo ou sepulturas perpétuas depende de autorização expressa do concessionário ou de quem legalmente o represente.
2. Sendo vários os concessionários, a autorização poderá ser dada por aquele que estiver na posse do título.
3. Os restos mortais do concessionário serão inumados independentemente de autorização.
4. Sempre que o concessionário não declare, por escrito, que a inumação tem carácter temporário, ter-se-á a mesma como perpétua.

#### Artigo 38.º

1. O concessionário do jazigo particular pode promover a trasladação dos restos mortais aí depositados a título temporário, depois da publicação de éditos em que aqueles sejam devidamente identificados e onde se avise do dia e hora a que terá lugar a referida trasladação.
2. A trasladação a que alude este artigo só poderá efectuar-se para outro jazigo ou para ossário municipal.
3. Os restos mortais depositados a título perpétuo não podem ser trasladados por simples vontade do concessionário.

#### Artigo 39.º

O concessionário de jazigo que, a pedido de interessado legítimo não faculte a respectiva abertura para efeitos de trasladação de restos mortais no mesmo inumados será notificado a fazê-lo em dia e hora certa, sob pena dos serviços promoverem a abertura do jazigo. Neste último caso, será lavrado auto do que ocorrer, assinado pelo serventuário que presida ao acto e por duas testemunhas.

#### Artigo 40.º

Será punido com a multa de 25.000\$ o concessionário que receber quaisquer importâncias pelo depósito de corpos ou ossadas no seu jazigo.

### Secção III

#### **Da transmissão**

##### Artigo 41.º

Por morte do titular da concessão dos jazigos, sepulturas perpétuas e ossários perpétuos, transmite-se o direito de concessão à classe dos sucessíveis, de acordo com o n.º 1 do artigo 2133.º do Código Civil.

##### Artigo 42.º

O titular de jazigos, sepulturas perpétuas e ossários perpétuos que os pretenda transmitir a terceiros, deverá previamente requerer autorização à Câmara.

### Capítulo IX

#### **Das sepulturas e jazigos abandonados**

##### Artigo 43.º

1. Consideram-se abandonados, podendo declarar-se prescritos os jazigos cujos concessionários não sejam conhecidos ou residam em parte incerta e não exerçam os seus direitos por período superior a dez anos, nem se apresentem a reivindicá-los dentro do prazo de sessenta dias, depois de citados por meio de éditos publicados em dois jornais mais lidos no concelho e afixados nos lugares do estilo.
2. O prazo a que este artigo se refere conta-se a partir da data da última inumação ou da realização das mais recentes obras de conservação ou de beneficiação que nas mencionadas construções tenham sido feitas, sem prejuízo de quaisquer outros actos dos proprietários, ou de situações susceptíveis de interromperem a prescrição, nos termos da lei civil.
3. Simultaneamente com a citação dos interessados, colocar-se-á no jazigo placa indicativa do abandono.

##### Artigo 44.º

Decorrido o prazo de sessenta dias previsto no artigo 58.º e precedendo deliberação da Câmara Municipal, o Presidente da Câmara fará declaração de prescrição do jazigo, à qual será dada a publicidade referida no mesmo artigo.

##### Artigo 45.º

1. Quando um jazigo se encontrar em ruínas, o que será confirmado por uma comissão a constituir pelo Presidente da Câmara e/ou Vereador, desse facto se dará conhecimento aos interessados por meio de carta registada com aviso de recepção, fixando-lhes o prazo para procederem às obras necessárias.
2. A comissão indicada neste artigo compõem-se de três membros, devendo um destes, pelo menos, ser técnico diplomado com curso superior, médio ou secundário.
3. Se houver perigo eminente de derrocada ou as obras não se realizarem dentro do prazo fixado, pode o Presidente da Câmara ordenar a demolição do jazigo, que se comunicará aos interessados em carta registada com aviso de recepção.

#### Artigo 46.º

Os restos mortais existentes em jazigos a demolir ou declarado prescrito, quando deles sejam retirados, depositar-se-ão com carácter de perpetuidade, no local reservado pela Câmara para o efeito, caso não sejam no prazo de trinta dias sobre a data da demolição ou da declaração da prescrição, respectivamente.

#### Artigo 47.º

O preceituado neste capítulo aplica-se, com as necessárias adaptações, às sepulturas perpétuas.

### Capítulo X

#### **Das construções funerárias**

##### Secção I

#### **Das obras**

#### Artigo 48.º

1. O pedido de licença para construção, reconstrução ou modificação de jazigos particulares ou para revestimentos de sepulturas perpétuas deverá ser formulado pelo concessionário em requerimento instruído com o projecto da obra, em duplicado, elaborado por técnico inscrito na Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos.
2. Será dispensada a intervenção de técnico para pequenas alterações que não afectem a estrutura da obra inicial.

#### Artigo 49.º

1. Do projecto referido no artigo anterior constarão os elementos seguintes:
  - a) Desenhos devidamente cotados, à escala mínima de 1:20;
  - b) Memória descritiva da obra, em que se especifiquem as características das fundações, natureza dos materiais a empregar, aparelhos, cor, etc..
2. Na elaboração e apreciação dos projectos deverá atender-se à sobriedade própria das construções funerárias exigida pelo fim a que se destinam.

#### Artigo 50.º

1. Os jazigos devem obedecer às seguintes dimensões:
  - Comprimento: 2,50 m
  - Largura: 2,20 m
  - Altura (até ao ponto mais elevado da cobertura): 4 m
2. Os jazigos, municipais ou particulares, serão compartimentados em células com as seguintes dimensões:
  - Comprimento – 2m a 2,20 m
  - Largura – 0,75m a 0,80 m
  - Altura – 0,55m a 0,60 m
3. Nos jazigos não haverá mais do que cinco células sobrepostas, acima do nível do terreno, ou em cada pavimento, quando se trate de edificação de vários andares, podendo, também, dispor em subterrâneos.

4. Na parte subterrânea dos jazigos exigir-se-ão condições especiais de construção, tendentes a proporcionar arejamento adequado, fácil acesso e boa iluminação, bem como a impedir as infiltrações de água.

#### Artigo 51.º

1. Os ossários municipais dividir-se-ão em células com as seguintes dimensões mínimas interiores:  
Comprimento – 0,80m  
Largura – 0,50m  
Altura – 0,40m
2. Nos ossários não haverá mais de sete células sobrepostas acima do nível do terreno, ou em cada pavimento, quando se trate de edificação de vários andares. Admite-se ainda a construção de ossários subterrâneos em condições idênticas e com observância do determinado no n.º 4 do artigo 65.º.

#### Artigo 52.º

Os jazigos de capela não poderão ter dimensões inferiores a 1,50m de frente e 2,30m de fundo.

#### Artigo 53.º

1. As sepulturas perpétuas deverão ser revestidas em cantaria com espessura máxima de 0,10m.
2. Para a simples colocação, sobre estruturas, de materiais aprovados pela Câmara, dispensa-se a apresentação de projecto.

#### Artigo 54.º

1. Nos jazigos devem efectuar-se obras de conservação pelo menos de oito em oito anos, ou sempre que as circunstâncias o imponham.
2. Para os efeitos do disposto na parte final do corpo deste artigo e sem prejuízo do determinado no artigo 60.º, os concessionários serão avisados da necessidade das obras marcando-se-lhes prazo para a execução destas.
3. Em caso de urgência ou quando não se respeite o prazo referido no n.º 2, pode a Câmara ordenar directamente as obras, as expensas dos interessados. Sendo vários os concessionários, considera-se cada um deles solidariamente responsável pela totalidade das despesas.
4. Em face de circunstâncias especiais, devidamente comprovadas, poderá a Câmara prorrogar o prazo previsto no corpo deste artigo.
5. Sempre que o concessionário do jazigo ou sepultura perpétua não tiver indicado na Secretaria da Câmara ou nos serviços do cemitério a morada actual, será irrelevante a invocação de falta ou desconhecimento do aviso a que se refere o n.º 2.

#### Artigo 55.º

A tudo o que nesta secção não se encontre especialmente regulado, aplicar-se-á o Regulamento Geral das Edificações Urbanas.

## Secção II

### **Dos sinais funerários e do embelezamento de jazigos e sepulturas**

#### Artigo 56.º

1. Nas sepulturas e jazigos permite-se a colocação de cruzes e caixas para coroas, assim como a inscrição de epitáfios e outros sinais funerários costumados.
2. Não serão consentidos epitáfios em que se exaltem ideias políticas ou religiosas que possam ferir a susceptibilidade pública, ou que, pela sua redacção, possam considerar-se desrespeitosos.

#### Artigo 57.º

É permitido embelezar as construções funerárias através de revestimento adequado, ajardinamento, bordaduras, vasos para plantas, ou por qualquer outra forma que não afecte a dignidade própria do local.

#### Artigo 58.º

A realização por particulares de quaisquer trabalhos no cemitério fica sujeita a prévia autorização dos serviços municipais competentes e à orientação e fiscalização destes.

## Capítulo XI

### **Disposições Gerais**

#### Artigo 59.º

No recinto do cemitério é proibido:

- a) Proferir palavras ou praticar actos ofensivos da memória dos mortos ou do respeito devido ao local;
- b) Entrar acompanhado de quaisquer animais;
- c) Transitar fora dos arruamentos ou das vias de acesso que separam as sepulturas;
- d) Colher flores ou danificar plantas ou árvores;
- e) Plantar árvores de fruto ou quaisquer plantas que possam utilizar-se na alimentação;
- f) Danificar jazigos, sepulturas, sinais funerários e quaisquer outros objectos;
- g) Realizar manifestações de carácter público;
- h) A permanência de crianças, salvo quando acompanhadas.

#### Artigo 60.º

Os objectos utilizados para fins de ornamentação ou de culto em jazigos e sepulturas não poderão ser daí retirados sem apresentação do alvará ou autorização escrita do concessionário, nem sair do cemitério sem a anuência do respectivo responsável.

#### Artigo 61.º

Não podem sair do cemitério, aí devendo ser incinerados, os caixões ou urnas que tenham contido corpos ou ossadas.

#### Artigo 62.º

A entrada no cemitério de força armada, banda ou qualquer agrupamento musical carece de autorização do Presidente da Câmara ou do Vereador do pelouro.

Artigo 63.º

As taxas devidas pela prestação de serviços relativos ao cemitério ou pela concessão de terrenos para jazigos e sepulturas perpétuas constarão de tabela aprovada pela Câmara Municipal.

Artigo 64.º

Em tudo o que não estiver previsto no Capítulo VII aplica-se subsidiariamente o disposto:

- a) No Decreto-Lei n.º 433/82 de 27 de Outubro;
- b) No Código Penal e no Código de Processo Penal.

Artigo 65.º

A partir da data de entrada em vigor do presente Regulamento ficam revogadas as disposições regulamentares, mesmo avulsas, sobre o Cemitério Municipal.

Artigo 66.º

Este Regulamento entra em vigor, 30 dias após a sua publicação.



## REQUERIMENTO PARA INUMAÇÃO

Nome \_\_\_\_\_

Estado Civil \_\_\_\_\_ Profissão \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_ Código Postal \_\_\_\_\_

Documento de Identificação (1) \_\_\_\_\_

Número Fiscal \_\_\_\_\_

Vem, na qualidade de (2) \_\_\_\_\_ e nos termos dos artigos 6.º e 7.º do

Regulamento do Cemitério Municipal requerer a (3) \_\_\_\_\_

a inumação de cadáver - em sepultura;

- em jazigo

de:

Nome \_\_\_\_\_

Estado Civil à data da morte \_\_\_\_\_

Residência à data da morte \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura)

Despacho:

Inumação efectuada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

1) Bilhete de Identidade ou Passaporte

2) Qualquer das situações previstas no artigo 6.º (testamenteiro, cônjuge sobrevivente, pessoa que residia com o falecido em condições análogas às dos cônjuges, herdeiro, familiar ou qualquer outra situação)

3) Autarquia Local sob cuja administração está o cemitério onde se pretende proceder à inumação

REQUERIMENTO PARA TRASLADAÇÃO DE CADÁVERES OU OSSADAS

Nome \_\_\_\_\_  
Estado Civil \_\_\_\_\_ Profissão \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_ Código Postal \_\_\_\_\_  
Documento de Identificação (1) \_\_\_\_\_  
Número Fiscal \_\_\_\_\_  
Vem, na qualidade de (2) \_\_\_\_\_ e nos termos dos artigos 6.º e 7.º do  
Regulamento do Cemitério Municipal requerer a (3) \_\_\_\_\_  
a trasladação de - cadáver inumado em jazigo;  
- ossadas.

de:

Nome \_\_\_\_\_  
Estado Civil à data da morte \_\_\_\_\_  
Residência à data da morte \_\_\_\_\_  
que se encontra no Cemitério de \_\_\_\_\_  
e se destina ao Cemitério de \_\_\_\_\_  
a fim de ser:

- inumado em jazigo;
- inumado em sepultura;
- colocado em ossário;
- cremado.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura)

Despacho da Autarquia Local sob cuja  
administração está o cemitério onde se  
encontra o cadáver ou as ossadas.

Despacho da Autarquia Local sob cuja  
administração está o cemitério para  
onde se pretende trasladar o cadáver  
ou ossadas.

Data de efectivação da trasladação - \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

- 1) Bilhete de Identidade ou Passaporte  
2) Qualquer das situações previstas no artigo 6.º (testamenteiro, cônjuge sobrevivente, pessoa que residia com o falecido em condições análogas às dos cônjuges, herdeiro, familiar ou qualquer outra situação)  
3) Autarquia Local sob cuja administração está o cemitério onde se encontra o cadáver ou as ossadas.